



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados, sem locação de mão de obra exclusiva, de monitoramento e rastreamento veicular via satélite por GPS/GSM/GPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento para gestão de frota de fiscalização da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	UNID MEDIDA	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	valor total mensal	valor total anual
1	1	unid	FROTA DE BRASÍLIA DF -Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento -	11	49,61	545,71	6.548,52
SUB TOTAL GRUPO 1						545,71	6.548,52
2	2	unid	FROTA DE SÃO PAULO SP - Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento -	12	49,61	595,32	7.143,84
	3	unid	FROTA DO RIO DE JANEIRO RJ -Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento -	12	49,61	595,32	7.143,84
	4	unid	FROTA DE BELO HORIZONTE ME - Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento -	8	49,61	396,88	4.762,56
	5	unid	FROTA DE PORTO ALEGRE RS -Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento -	8	49,61	396,88	4.762,56
	6	unid	FROTA DE FLORIANÓPOLIS SC -Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento -	6	49,61	297,66	3.571,92
SUB TOTAL GRUPO 2						2.282,06	27.384,72
3	7	unid	FROTA DE FORTALEZA CE -Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento -	4	49,61	198,44	2.381,28
	8	unid	FROTA DE SÃO LUÍS MA -Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento -	6	49,61	297,66	3.571,92
	9	unid	FROTA DE SALVADOR BA -Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite	7	49,61		4.167,24

		GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento -			347,27	
10	unid	FROTA DE RECIFE PE -Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento -	5	49,61	248,05	2.976,60
SUB TOTAL GRUPO 3					1.091,42	13.097,04
TOTAL GLOBAL					3.919,19	47.030,28

1.2. objeto dessa licitação tem a natureza comum, pois o padrão de desempenho e qualidade especificados nesse Termo de Referência (TR) são objetivos e usualmente praticados no mercado, inexistindo especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias que limitem a competição.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução por preço unitário pois os seus serviços que deverão ser realizados podem ser mensurados por unidades de medida, cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

1.6. Este Termo de Referência foi elaborado conforme modelo de TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA (ATUALIZAÇÃO JUL 2021), disponibilizado no site da AGU.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste TR.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste TR.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem os seguintes:

5.1.1. REQUISITOS TÉCNICOS PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

5.1.1.1. A Contratada deverá fornecer os módulos rastreadores em regime de comodato, que devem possuir certidão expedida pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, dentro do período de validade, comprovando que os equipamentos disponibilizados são certificados e homologados pela referida agência;

5.1.1.2. O equipamento rastreador deve ser composto de:

- microprocessador/microcontrolador, antena GPS, modem celular digital, memória interna, entradas e saídas digitais;
- Tecnologia de Comunicação GSM/GPRS;
- Tecnologia de Localização GPS;
- Antena GSM Interna e Antena GPS Interna;
- Horímetro interno;
- Bateria Interna;
- Precisão de posicionamento não superior a 5 metros;
- Tecnologia que permita a atualização remota do software;

- i) Os Módulos AVL deverão ser capazes de desencadear diversas ações por intermédio do software de monitoramento e rastreamento, enviadas através de comandos específicos, tais como: Transmitir à central de controle a situação atual do veículo, Permitir a alteração e configuração remota dos parâmetros de configuração do equipamento, Permitir a alteração do estado das saídas (atuadores), acionando ou desligando os dispositivos eventualmente conectados aos Módulos AVL e permitir a requisição remota dos parâmetros configurados no setup do equipamento.
- j) Toda comunicação que for originada do veículo deve possibilitar no mínimo ao sistema de monitoramento e rastreamento a obtenção das informações darota, quilometragem, velocidade média, localização, controle de velocidade, status da ignição, estado das entradas e das saídas de acionamento e tensão de alimentação da bateria;
- k) Registro e envio das informações não superior a 60 (sessenta) segundos;
- l) Imobilizador de Veículo
- m) Aplicativo para sistema operacional Android/IOS;
- n) Identificação eletrônica do condutor - onde o veículo deverá ser ligado somente a partir desta;

5.1.1.3. Da instalação e operação do Equipamento

- a) A instalação dos módulos rastreadores nos veículos deverá ser realizada diretamente na Sede da ANTT em Brasília DF e em suas Unidades Regionais localizadas em São Paulo SP, Rio de Janeiro RJ, Belo Horizonte, Recife PE, Fortaleza CE, São Luís MA, Salvador BA, Florianópolis SC e Porto Alegre RS, conforme anexos II e III, em datas previamente agendadas pela fiscalização do contrato;
- b) A instalação deverá ocorrer em prazo não superior a 30 dias, a contar da assinatura do contrato;
- c) O equipamento, a antena GPS e cabos elétricos e de sinais devem ser instalados preferencialmente no interior do veículo, protegidos do sol e da água.
- d) O local da instalação no veículo deverá dificultar ao máximo o acesso de pessoa não autorizada;
- e) Todos os acessórios, antenas e cabos necessários para instalação dos equipamentos nos veículos, devem ser fornecidos sem qualquer ônus adicional, devendo tais custos estarem amortizados no custo total da contratação;
- f) Os equipamentos disponibilizados deverão estar em perfeitas condições de uso, cabendo à contratada a sua substituição ou reparação em caso de defeitos no funcionamento, em até 5 (cinco) dias após a abertura do chamado e disponibilização do veículo por parte da Contratante (telefone, e-mail).
- g) A contratada, não poderá cobrar taxa de instalação e desinstalação, nem sob qualquer outra denominação, do equipamento em caso de remanejamento para outro veículo que compõe a frota da ANTT.

5.1.1.4. Do sistema de monitoramento e rastreamento

- a) O serviço de rastreamento deverá oferecer cobertura em todo o território nacional;
- b) Funcionamento 24 horas, durante 7 dias por semana;
- c) Os mapas digitais e georreferenciados deverão ser disponibilizados para todo o território nacional;
- d) Possibilidade de definição de perfis de usuários para controle de acesso ao sistema;
- e) Cadastramento de veículos;
- f) Informações Online: Apresentação da localização do veículo ou de toda a frota em mapas digitais de todo o Brasil em tempo real e com data e horário da última posição atualizada do veículo, com informações de velocidade (velocidade máxima, velocidade média) estado da ignição (ligada / desligada); tempo parado com motor ligado; rastro percorrido; distância percorrida; distância percorrida por faixa de horário por veículo.
- g) Registro histórico de operação do veículo contendo data, hora, velocidade, localidade e ignição com todos os dados relacionados a cada veículo da frota, mantido por no mínimo 12 (doze) meses no banco de dados;
- h) Informação em tempo real da violação de cerca eletrônica, com disparos de notificação por email
- i) Controle de excesso de velocidade - com disparos de notificação.
- j) Visualização do trajeto realizado por veículo, de forma individualizada; Visualização individual, parcial e global de todos os veículos no mapa;
- k) Deverá permitir a exportação dos relatórios para PDF ou XLS.

5.1.1.5. Do Treinamento

- a) Deverá ser ministrado treinamento operacional inerente à utilização do sistema para os usuários indicados pela Contratante.
- b) Nos valores ofertados para a prestação dos serviços deverão estar inclusos todos os custos diretos ou indiretos, tais como salários, mão-de-obra, equipamentos, materiais, custos e despesas operacionais, tributos, encargos sociais, etc; inerentes ao sistema e à instalação dos módulos eletrônicos em cada veículo.

5.1.1.6. Do suporte ao cliente

a) A Contratada deverá oferecer serviço de suporte ao cliente por meio de canais de atendimento telefônico e/ou informatizado. Este serviço deverá estar disponível, minimamente, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 18:00 horas.

b) O serviço de suporte deverá esclarecer dúvidas, prestar informações e solucionar problemas técnicos relativos ao serviço.

5.1.1.7. Da manutenção e substituição de aparelhos

a) A Contratada deverá arcar com os custos de manutenção, reparo e substituição dos aparelhos rastreadores, salvo nos casos de danos causados por dolo ou culpa de agente vinculado à Contratante;

b) O custo unitário do aparelho deverá constar da proposta apresentada pela Contratada, para fins de possível ressarcimento do agente vinculado à Contratante que tenha causado dano irreversível ao aparelho por dolo ou culpa.

c) Como condição para pagamento da indenização referida no subitem acima, a Contratada deverá apresentar laudo técnico especificando o defeito e as possíveis causas deste, além de orçamento detalhado para realização do reparo.

5.1.2. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1.3. A contratada deverá comprovar a qualificação técnica por meio de:

5.1.3.1. Certidão expedida pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, dentro do período de validade, comprovando que os equipamentos disponibilizados são certificados e homologados por aquela agência;

5.1.3.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a um ano, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devendo comprovar a execução dos serviços de rastreamento veicular do quantitativo mínimo equivalente a 50% (cinquenta por cento) da quantidade de veículos da ANTT.

a) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

b) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

c) Para a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de o um ano serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

d) Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VIIA da IN SEGES/MP n. 5/2017.

e) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VIIA da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.1.4. A duração inicial do contrato deverá ser de 12 meses , *podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.*

5.1.5. Em razão da natureza do serviço, não se faz necessária a adoção de providências para a transição contratual.

5.2. Além dos pontos acima o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Como não foram encontradas em consulta no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e ao Catálogo de Materiais Sustentáveis por critérios de sustentabilidade para o objeto em questão , estes não foram exigidos no presente certame.

7. DA VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Devido às características do objeto, não será solicitada vistoria nas instalações do local de execução dos serviços.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica:

8.1.1. Da instalação e operação do Equipamento:

8.1.1.1. A instalação dos módulos rastreadores nos veículos deverá ser realizada, em datas previamente agendadas com a Gestão/Fiscalização do Contrato, diretamente na Sede em Brasília e nas Unidades Regionais conforme endereços constantes dos ANEXOS II e III deste Termo de Referência.

8.1.2. A execução dos serviços será iniciada em até 30 dias após a assinatura do contrato, considerando-se a execução iniciada somente após a instalação dos equipamentos e o efetivo início do monitoramento e rastreamento.

8.1.3. As informações relativas ao equipamento, sistema, operacionalização, treinamento, suporte e manutenção, encontram-se detalhadas no item 5 do presente Termo de Referência.

8.1.4. A comunicação deverá ser feita, preferencialmente, por meio de correspondência eletrônica, utilizando-se de e-mails corporativos.

8.2. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros estabelecidos neste Termo de referência.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. A contratada deverá disponibilizar em comodato equipamento rastreador conforme descrito nos item 5.1.1.1 , 5.1.1.2 e 5.1.1.3 e sistema de monitoramento conforme item 5.1.1.4 .

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda tem como base os veículos de fiscalização da Agência, que estão lotados em sua sede, em Brasília DF, e em suas Unidades Regionais, conforme tabelas inseridas nos ANEXOS II e III.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, do anexo XI, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, além de fornecer o sistema informatizado e integrado, via Web, conforme especificações inseridas no item 5.1.1.4 deste Termo de Referência e em sua proposta.

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o 10º (décimo) dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, observando a qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.23. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.*

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que a execução dos serviços não está sendo realizada conforme o pactuado, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 15.13. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*
- 15.13.1. a comunicação entre as partes deverá ser feita preferencialmente por e-mail corporativo.
- 15.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº05/2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 15.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará *o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I*, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.2. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), Anexo I deste Termo de Referência.*
- 16.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 16.3.1. não produziu os resultados acordados;
- 16.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.
- 17.2. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

a) Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, *com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de *30(trinta) dias*, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. o prazo de validade;

18.5.2. a data da emissão;

18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4. o período de prestação dos serviços;

18.5.5. o valor a pagar; e

18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

- 18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I - (TX)	$I = \frac{6}{100}$	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

19. REAJUSTE

- 19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. **GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 20.1. As disposições referentes à garantia de cumprimento do contrato estão estabelecidas no edital do pregão eletrônico.
21. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 21.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - 21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 21.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 21.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
 - 21.1.5. cometer fraude fiscal;
- 21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - 21.2.2. **Multa de:**
 - 21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - 21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
 - 21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - 21.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
 - 21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
 - 21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no **subitem 21.2.4 também é aplicável** em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 21.4. As sanções previstas nos subitens 21.2.1, 21.2.3, 21.2.4 e 21.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	04
3	Sistema informatizado sem acesso, por dia off line.	01
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	01
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Providenciar treinamento para os representantes da contratada no seu sistema informatizado, quando solicitado	03
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.4.1. Valor Global anual : R\$ 47.030,28 (quarenta e sete mil trinta reais vinte e oito centavos) divididos em três grupos conforme quadro inserido no subitem 1.1.

22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por grupo.

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E DOS PREÇOS REFERENCIAIS

23.1. O custo estimado anual da contratação é de R\$ 47.030,28 (quarenta e sete mil trinta reais vinte e oito centavos) divididos em três grupos conforme quadro inserido no subitem 1.1.

24. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

24.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte: XXXXXXXXX

Programa de Trabalho: XXXXXX

Elemento de Despesa: XXXXX-XX

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
Nome: Rafael Moya Fernandes Lopes	Matrícula/SIAPE: 1534297
Nome: Márcio Xavier de Araújo	Matrícula/SIAPE: 2076777

Aprovação do Termo de Referência pela autoridade competente

Nome: **EDUARDO JOSÉ MARRA**

Matrícula/SIAPE: 1533949

Considerando as justificativas apresentadas pelo setor demandante no documento por meio do qual solicita a abertura de processo licitatório em questão e no Termo de Referência, e tendo em vista que este contempla os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual, assim como os demais elementos obrigatórios pertinentes exigidos no art. 3º, inciso XI, do Decreto nº 10.024/2019, APROVO o referido documento.

(assinado eletronicamente)

EDUARDO JOSÉ MARRA

Superintendente de Gestão Administrativa

ANEXO I - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

1. Durante a vigência do contrato, a Administração adotará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) de acordo com os parâmetros estabelecidos na IN SEGES/MP nº 05/2017 e suas alterações posteriores. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) contemplará 02 (dois) indicadores e as respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela fiscalização do contrato.
2. Os Indicadores proposto implicam em variáveis que estão sob controle da Administração e permitem a mensuração da qualidade e eficiência dos serviços contratados.
3. A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base nos indicadores propostos e utilizará formulários de controle (Tabelas 01 e 02) dos serviços, conforme modelos constantes deste anexo.
4. O resultado da avaliação mensal dos indicadores será entregue ao preposto da contratada em até 10 (dez) dias, contados da entrega do Relatório de Acompanhamento de Atividades ao fiscal administrativo/gestor, para que a contratada possa emitir a fatura mensal dos serviços executados.
5. Os pagamentos por parte da contratante serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) estabelecido.

INDICADOR	
Nº 1	Execução operacional do contrato
Item	Descrição
Finalidade	Cumprimento da execução dos serviços dentro do prazo previamente acordado.
Meta a cumprir	90%
Instrumento de medição	Relatório Mensal de Execução emitido pelo servidor lotado no local de prestação dos serviços

Forma de acompanhamento	Por meio da fiscalização do contrato e dos servidores lotados no local de prestação dos serviços
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de serviços executados dentro do prazo previamente acordado (X) quantidade total de serviços solicitados(Y) * 100
Início de Vigência	Dia 1º de cada mês
Faixas de ajuste no pagamento	X/Y > ou = 90 % resulta em pagamento total do valor contratual
	X/Y > 50 % e < 90 % resulta na glosa de 5% do valor unitário mensal por veículo

INDICADOR	
Nº 2	Execução operacional do contrato
Item	Descrição
Finalidade	Serviços que necessitaram de volta do veículo à oficina para manutenção dos equipamentos colocados em comodato
Meta a cumprir	90 %
Instrumento de medição	Relatório Mensal de Acompanhamento de Atividades.
Forma de acompanhamento	Por meio da fiscalização do contrato e dos servidores lotados no local de prestação dos serviços.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de serviços executados em que não foram necessários retornos dos veículos à oficina(X) quantidade total de serviços solicitados(Y) * 100
Início de Vigência	Dia 1º de cada mês
Faixas de ajuste no pagamento	X/Y > ou = 90 % resulta em pagamento total do valor contratual
	b) 75% a 89% = recebimento de 95% do valor unitário mensal por veículo
	X/Y > 50 % e < 90 % = recebimento de 90% do valor unitário mensal por veículo

ANEXO II - FROTA DE FISCALIZAÇÃO DA ANTT

UNIDADE	CIDADE	PLACA	CNPJ	MARCA	MODELO	ANO	COR	CHASSI	RENAVAM
SEDE	Brasília DF	JJU-8011	04.898.488/0001-77	RENAULT	FURGAO	2010	BRANCA	93YADCUL6BJ521866	232360006
SEDE	Brasília DF	PAF-3416	04.898.488/0001-77	NISSAN	MARCH	2015	BRANCA	94DFFUK13FB101333	1047834895
SEDE	Brasília DF	PAF-3476	04.898.488/0001-77	MITSUBISHI	L.200 TRITON	2015	BRANCA	93XFNKA5TFCF10891	1047567331
SEDE	Brasília DF	PAF-3481	04.898.488/0001-77	NISSAN	SENTRA	2015	BRANCA	3N1BB7AD9FY206772	1047840267
SEDE	Brasília DF	PAF-3686	04.898.488/0001-77	NISSAN	SENTRA 20SV CVT	2014	BRANCA	3N1BB7AD6FY207023	1047879660
SEDE	Brasília DF	PAF-3689	04.898.488/0001-77	NISSAN	SENTRA 20SV CVT	2014	BRANCA	3N1BB7AD8FY206763	1047880927
SEDE	Brasília DF	PBJ-6110	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S.10 ADV FD2	2018	BRANCA	9BG148TA0JC446567	1151089297

SEDE	Brasília DF	RED7F73	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434720	01227391223
SEDE	Brasília DF	RED7F74	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434943	01227391584
SEDE	Brasília DF	RED7F77	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434944	01227391886
SEDE	Brasília DF	RED7F89	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434771	01227393277
URBA	Salvador BA	BDG4E64	04.898.488/0001-77	GM	S.10	2019	BRANCA	9BG148DK0LC410878	1199011980
URBA	Salvador BA	BDG4E68	04.898.488/0001-77	GM	S.10	2019	BRANCA	9BG148DK0LC411516	1199012200
URBA	Salvador BA	JJU-3661	04.898.488/0001-77	RENAULT	MASTER	2010	BRANCA	93YADCUL6BJ521835	232345708
URBA	Salvador BA	PAF-3690	04.898.488/0001-77	NISSAN	SENTRA	2015	BRANCA		1047881354
URBA	Salvador BA	PBJ-6112	04.898.488/0001-77	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG148TA0JC446894	1151089327
URBA	Salvador BA	RED8F09	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435111	01227395172
URBA	Salvador BA	RED8F11	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434885	01227395288
URCE	Fortaleza CE	PBJ-8500	04.898.488/0001-77	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG14BTA0KC403775	1155915485
URCE	Fortaleza CE	RED8F12	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435153	01227395393
URCE	Fortaleza CE	RED8F14	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435188	01227395601
URCE	Fortaleza CE	RED8F16	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435166	01227395709
URMA	São Luís MA	JJU-8721	04.898.488/0001-77	RENAULT	BOXER	2010	BRANCA	93YADCUL6BJ521972	232357811
URMA	São Luís MA	PBJ-6111	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S.10 ADV FD2	2018	BRANCA	9BG148TA0JC446846	1151089319
URMA	São Luís MA	PBJ-8501	04.898.488/0001-77	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG14BTA0KC402276	1155915493
URMA	São Luís MA	RED8F18	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435208	01227395954
URMA	São Luís MA	RED8F19	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435205	01227395962
URMA	São Luís MA	RED8F20	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC438688	01227396187
URMG	Belo Horizonte MG	JJU-8731	04.898.488/0001-77	RENAULT	MASTER	2010	BRANCA	93YADCUL6BJ522743	232356491
URMG	Belo Horizonte MG	PAF-3692	04.898.488/0001-77	NISSAN	SENTRA	2014	BRANCA	3N1BB7AD6FY206888	1047882423
URMG	Belo Horizonte MG	PBJ-8493	04.898.488/0001-77	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG148TA0KC401652	1155915507
URMG	Belo Horizonte MG	PBJ-8494	04.898.488/0001-77	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG148TA0KC402239	1155915396
URMG	Belo Horizonte MG	PBJ-8502	04.898.488/0001-77	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG148TA0KC403092	1155915388
URMG	Belo Horizonte MG	RED7F80	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434951	01227392300
URMG	Belo Horizonte MG	RED7F82	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434978	01227392637
URMG	Belo Horizonte MG	RED7F84	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434749	01227392939
URPE	Recife PE	RED8F02	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435085	01227394575
URPE	Recife PE	PAF-3691	04.898.488/0001-77	NISSAN	SENTRA	2015	BRANCA	3N1BB7AD7FY206804	1047881850
URPE	Recife PE	PBJ-8503	04.898.488/0001-77	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG14BTA0KC402102	1155915523
URPE	Recife PE	RED8F05	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435093	01227394907
URPE	Recife PE	RED8F06	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434857	01227395008
URRJ	Rio de Janeiro RJ	GCA-2771	04.898.488/0001-77	NISSAN	SENTRA	2016	BRANCA	3N1BB7AD8GY200785	1068445162
URRJ	Rio de Janeiro RJ	JJU-8711	04.898.488/0001-77	RENAULT	BOXER	2010	BRANCA	93YADCUL6BJ522793	232359504
URRJ	Rio de Janeiro RJ	PAF-3474	04.898.488/0001-77	MITSUBISHI	L.200	2015	BRANCA	93XFNKA5TFCF10876	1047567170
URRJ	Rio de Janeiro RJ	PAF-3482	04.898.488/0001-77	NISSAN	SENTRA	2015	BRANCA	3N1BB7ADQFY207180	1047836600
URRJ	Rio de Janeiro RJ	PAF-3688	04.898.488/0001-77	NISSAN	SENTRA	2015	BRANCA	3N1BB7AD8FY206844	1047880536
URRJ	Rio de Janeiro RJ	PBJ-8490	04.898.488/0001-77	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG14BTA0KC401905	1155915302

URRJ	Rio de Janeiro RJ	PBJ-8491	04.898.488/0001-77	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG14BTAOKC402728	1155915337
URRJ	Rio de Janeiro RJ	PBJ-8492	04.898.488/0001-77	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG14BTAOKC402700	1155915353
URRJ	Rio de Janeiro RJ	RED7F66	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434703	01227390278
URRJ	Rio de Janeiro RJ	RED7F68	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434899	01227390430
URRJ	Rio de Janeiro RJ	RED7F69	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434708	01227390782
URRJ	Rio de Janeiro RJ	RED7F71	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434911	01227391185
URRS	Porto Alegre RS	JJU-3681	04.898.488/0001-77	RENAULT	MASTER	2011	BRANCA	93YADCUL6BJ522768	232348715
URRS	Porto Alegre RS	PAF-3478	04.898.488/0001-77	MITSUBISHI	L.200	2014	BRANCA	93XFNKA5TFCF10869	1048208092
URRS	Porto Alegre RS	PAF-3693	04.898.488/0001-77	NISSAN	SENTRA	2014	BRANCA	3N1BB7AD5FY206915	1047882903
URRS	Porto Alegre RS	PBJ-1639	04.898.488/0001-77	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG148TA0JC409345	1151089146
URRS	Porto Alegre RS	PBJ-8497	04.898.488/0001-77	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG148TAOKC404470	1155915469
URRS	Porto Alegre RS	PBJ-8498	04.898.488/0001-77	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG148TAOKC403612	1155915469
URRS	Porto Alegre RS	RED7F85	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435005	01227393005
URRS	Porto Alegre RS	RED7F88	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435011	01227393250
URSC	Florianópolis SC	JJU-2881	04.898.488/0001-77	RENAULT	MASTER	2010	BRANCA	93YADCUL6BJ522842	00232338965
URSC	Florianópolis SC	PBJ-8495	04.898.488/0001-77	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG14BTAOKC402336	1155915400
URSC	Florianópolis SC	PBJ-8496	04.898.488/0001-77	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG14BTAOKC401790	1155915434
URSC	Florianópolis SC	RED7F76	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434746	01227391894
URSC	Florianópolis SC	RED7F92	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435016	01227393463
URSC	Florianópolis SC	RED7F93	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434838	01227393536
URSP	São Paulo SP	RED7F98	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435077	01227394249
URSP	São Paulo SP	JJU-8001	04.898.488/0001-77	RENAULT	FURGÃO	2010	BRANCA	93YADCUL6BJ521892	232361320
URSP	São Paulo SP	PAF-3475	04.898.488/0001-77	MITSUBISHI	L.200	2015	BRANCA	93XFNKA5TFCF10884	1047566726
URSP	São Paulo SP	PAF-3687	04.898.488/0001-77	NISSAN	SENTRA	2015	BRANCA	3N1BB7ADXFY206750	1047880170
URSP	São Paulo SP	PAF-3694	04.898.488/0001-77	NISSAN	SENTRA	2015	BRANCA	3N1BB7AD2FY206838	1047883934
URSP	São Paulo SP	PBJ-6113	04.898.488/0001-77	GM	S.10 CABINE DUPLA	2018	BRANCA	9BG148TAOJC448232	1151089335
URSP	São Paulo SP	PBJ-6114	04.898.488/0001-77	GM	BLAZER	2018	BRANCA	9BG148TAOJC448332	1151089351
URSP	São Paulo SP	PBJ-6115	04.898.488/0001-77	GM	BLAZER	2018	BRANCA	9BG148TAOJC449023	1151089378
URSP	São Paulo SP	PBJ-8499	04.898.488/0001-77	GM	BLAZER	2018	BRANCA	9BG14BTAOKC404003	1155915477
URSP	São Paulo SP	RED7F95	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435050	01227393692
URSP	São Paulo SP	RED7F96	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434848	01227393790
URSP	São Paulo SP	RED7F97	04.898.488/0001-77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435059	01227393935

ANEXO III - ENDEREÇOS ANTT

DESCRIÇÃO	ENDEREÇO
SEDE	SCES - Trecho 3 - Lote 10 - Polo 8
	Projeto Orla
	CEP: 70.200-003
	Brasília/DF
UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO	Avenida Paulista, nº 37
	Edifício Parque Cultural Paulista - 8º andar

GRUPO	ITEM	UNID MEDIDA	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR ESTIMADO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	1	unid	FROTA DE BRASÍLIA DF -Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento	11			
SUB TOTAL GRUPO 1 - R\$							
2	2	unid	FROTA DE SÃO PAULO SP - Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento -	12			
	3	unid	FROTA DO RIO DE JANEIRO RJ -Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento	12			
	4	unid	FROTA DE BELO HORIZONTE ME - Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento -	8			
	5	unid	FROTA DE PORTO ALEGRE RS -Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento	8			
	6	unid	FROTA DE FLORIANÓPLIS SC -Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento	6			
SUB TOTAL GRUPO 2 - R\$							
3	7	unid	FROTA DE FORTALEZA CE -Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web	4			

		e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento				
8	unid	FROTA DE SÃO LUÍS MA -Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento	6			
9	unid	FROTA DE SALVADOR BA -Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento	7			
10	unid	FROTA DE RECIFE PE -Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento	5			
SUB TOTAL GRUPO 3 - R\$						
TOTAL GLOBAL - R\$						



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO XAVIER DE ARAUJO, Coordenador(a)**, em 08/12/2021, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL MOYA FERNANDES LOPES, Coordenador(a)**, em 08/12/2021, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9100995** e o código CRC **3F94271C**.

Estudo Técnico Preliminar 33/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 50500.077552/2021-86

2. Descrição da necessidade

Necessidade de se monitor e rastrear veículos por meio de satélite por GPS/GSM/GPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento para gestão de frota de fiscalização da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT,

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO	NAUBER NUNES DO NASCIMENTO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

REQUISITOS TÉCNICOS PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

A Contratada deverá fornecer os módulos rastreadores em regime de comodato, que devem possuir certidão expedida pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, dentro do período de validade, comprovando que os equipamentos disponibilizados são certificados e homologados pela referida agência;

O equipamento rastreador deve ser composto de:

microprocessador/microcontrolador, antena GPS, modem celular digital, memória interna, entradas e saídas digitais;

Tecnologia de Comunicação GSM/GPRS;

Tecnologia de Localização GPS;

Antena GSM Interna e Antena GPS Interna;

Horímetro interno;

Bateria Interna;

Precisão de posicionamento não superior a 5 metros;

Tecnologia que permita a atualização remota do software;

Os Módulos AVL deverão ser capazes de desencadear diversas ações por intermédio do software de monitoramento e rastreamento, enviadas através de comandos específicos, tais como: Transmitir à central de controle a situação atual do veículo, Permitir a alteração e

configuração remota dos parâmetros de configuração do equipamento, Permitir a alteração do estado das saídas (atuadores), acionando ou desligando os dispositivos eventualmente conectados aos Módulos AVL e permitir a requisição remota dos parâmetros configurados no setup do equipamento.

Toda comunicação que for originada do veículo deve possibilitar no mínimo ao sistema de monitoramento e rastreamento a obtenção das informações da rota, quilometragem, velocidade média, localização, controle de velocidade, status da ignição, estado das entradas e das saídas de acionamento e tensão de alimentação da bateria;

Registro e envio das informações não superior a 60 (sessenta) segundos;

Imobilizador de Veículo

Aplicativo para sistema operacional Android/IOS;

Identificação eletrônica do condutor - onde o veículo deverá ser ligado somente a partir desta;

Da instalação e operação do Equipamento

A instalação dos módulos rastreadores nos veículos deverá ser realizada diretamente na Sede da ANTT em Brasília DF e em suas Unidades Regionais localizadas em São Paulo SP, Rio de Janeiro RJ, Belo Horizonte, Recife PE, Fortaleza CE, São Luís MA, Salvador BA, Florianópolis SC e Porto Alegre RS, conforme anexos II e III, em datas previamente agendadas pela fiscalização do contrato;

A instalação deverá ocorrer em prazo não superior a 30 dias, a contar da assinatura do contrato;

O equipamento, a antena GPS e cabos elétricos e de sinais devem ser instalados preferencialmente no interior do veículo, protegidos do sol e da água.

O local da instalação no veículo deverá dificultar ao máximo o acesso de pessoa não autorizada;

Todos os acessórios, antenas e cabos necessários para instalação dos equipamentos nos veículos, devem ser fornecidos sem qualquer ônus adicional, devendo tais custos estarem amortizados no custo total da contratação;

Os equipamentos disponibilizados deverão estar em perfeitas condições de uso, cabendo à contratada a sua substituição ou reparação em caso de defeitos no funcionamento, em até 5 (cinco) dias após a abertura do chamado e disponibilização do veículo por parte da Contratante (telefone, e-mail).

A contratada, não poderá cobrar taxa de instalação e desinstalação, nem sob qualquer outra denominação, do equipamento em caso de remanejamento para outro veículo que compõe a frota da ANTT.

Do sistema de monitoramento e rastreamento

O serviço de rastreamento deverá oferecer cobertura em todo o território nacional;

Funcionamento 24 horas, durante 7 dias por semana;

Os mapas digitais e geo-referenciados deverão ser disponibilizados para todo o território nacional;

Possibilidade de definição de perfis de usuários para controle de acesso ao sistema;

Cadastramento de veículos;

Informações Online: Apresentação da localização do veículo ou de toda a frota em mapas digitais de todo o Brasil em tempo real e com data e horário da última posição atualizada do veículo, com informações de velocidade (velocidade máxima, velocidade média) estado da ignição (ligada / desligada); tempo parado com motor ligado; rastro percorrido; distância percorrida; distância percorrida por faixa de horário por veículo.

Registro histórico de operação do veículo contendo data, hora, velocidade, localidade e ignição com todos os dados relacionados a cada veículo da frota, mantido por no mínimo 12 (doze) meses no banco de dados;

Informação em tempo real da violação de cerca eletrônica, com disparos de notificação por e-mail.

Controle de excesso de velocidade - com disparos de notificação.

Visualização do trajeto realizado por veículo, de forma individualizada; Visualização individual, parcial e global de todos os veículos no mapa;

Deverá permitir a exportação dos relatórios para PDF ou XLS.

Do Treinamento

Deverá ser ministrado treinamento operacional inerente à utilização do sistema para os usuários da Contratante.

Nos valores ofertados para a prestação dos serviços deverão estar inclusos todos os custos diretos ou indiretos, tais como salários, mão-de-obra, equipamentos, materiais, custos e despesas operacionais, tributos, encargos sociais, etc; inerentes ao sistema e à instalação dos módulos eletrônicos em cada veículo.

Do suporte ao cliente

A Contratada deverá oferecer serviço de suporte ao cliente por meio de canais de atendimento telefônico e/ou informatizado. Este serviço deverá estar disponível, minimamente, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 18:00 horas.

O serviço de suporte deverá esclarecer dúvidas, prestar informações e solucionar problemas técnicos relativos ao serviço.

Da manutenção e substituição de aparelhos

A Contratada deverá arcar com os custos de manutenção, reparo e substituição dos aparelhos rastreadores, salvo nos casos de danos causados por dolo ou culpa de agente vinculado à Contratante;

O custo unitário do aparelho deverá constar da proposta apresentada pela Contratada, para fins de possível ressarcimento do agente vinculado à Contratante que tenha causado dano irreversível ao aparelho por dolo ou culpa.

Como condição para pagamento da indenização referida no subitem acima, a Contratada deverá apresentar laudo técnico especificando o defeito e as possíveis causas deste, além de orçamento detalhado para realização do reparo.

REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A contratada deverá comprovar a qualificação técnica por meio de:

Certidão expedida pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, dentro do período de validade, comprovando que os equipamentos disponibilizados são certificados e homologados por aquela agência;

Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a um ano, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devendo comprovar a execução dos serviços de rastreamento veicular do quantitativo mínimo equivalente a 50% (cinquenta por cento) da quantidade de veículos da ANTT.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

Para a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de o um ano serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VIIA da IN SEGES/MP n. 5/2017.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VIIA da IN SEGES/MP n. 5/2017.

A duração inicial do contrato deverá ser de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

Em razão da natureza do serviço, não se faz necessária a adoção de providências para a transição contratual.

Além dos pontos acima o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5. Levantamento de Mercado

A solução que o mercado apresenta para atender a necessidade de monitoramento de frota é a contratação de empresas que disponibilizam em comodato módulos de rastreamento que permitem o rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GSM/GPRS, sua licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação.

Foram pesquisados, inicialmente contratações correlatas de outros entes da Administração Pública, o que resultou na obtenção de 03 (três) termos de homologação de pregões eletrônicos. Posteriormente fez-se pesquisa com empresas do ramo correlato e se obteve 03 (três) propostas para a execução do objeto pretendido.

Partindo da mediana dos valores obtidos, pode-se fixar o valor total a ser estimado para solução da necessidade em análise, conforme MAPA DE PREÇOS abaixo;

ITEM	UNID MEDIDA	DESCRIÇÃO	QTD	A	B	C	D	E	F	VLR MEDIA- NO UNIT	valor total mensal
1	unid	Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS /GSM/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento.	79	27,75	27,65	29,32	69,90	120,00	150,00	49,61	3.919,19
TOTAL MENSAL R\$											3.919,19
TOTAL ANUAL R\$											47.030,28

ITEM	TERMO / FORNECEDOR	UASG / CNPJ
A	Termo de homologação do Pregão 387/2020 do DNIT	393014
B	Termo de homologação do Pregão 35/2021 do SESC MG	926483
C	Termo de homologação do Pregão 58 2020 TJ PA	925942
D	Proposta da empresa AXSAT CAR Monitoramento de Veículos EIRELE	25.135.285/0001-07
E	Proposta da empresa Saga Com. Serv. Tecnologia da Informática Ltda	05.870.713/0001-20
F	Proposta da empresa Tele Alarme Segurança Eletrônica LTDA.	02.596.120/0001-29

6. Descrição da solução como um todo

REQUISITOS TÉCNICOS PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

A Contratada deverá fornecer os módulos rastreadores em regime de comodato, que devem possuir certidão expedida pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, dentro do período de validade, comprovando que os equipamentos disponibilizados são certificados e homologados pela referida agência;

O equipamento rastreador deve ser composto de:

microprocessador/microcontrolador, antena GPS, modem celular digital, memória interna, entradas e saídas digitais;

Tecnologia de Comunicação GSM/GPRS;

Tecnologia de Localização GPS;

Antena GSM Interna e Antena GPS Interna;

Horímetro interno;

Bateria Interna;

Precisão de posicionamento não superior a 5 metros;

Tecnologia que permita a atualização remota do software;

Os Módulos AVL deverão ser capazes de desencadear diversas ações por intermédio do software de monitoramento e rastreamento, enviadas através de comandos específicos, tais como: Transmitir à central de controle a situação atual do veículo, Permitir a alteração e configuração remota dos parâmetros de configuração do equipamento, Permitir a alteração do estado das saídas (atuadores), acionando ou desligando os dispositivos eventualmente conectados aos Módulos AVL e permitir a requisição remota dos parâmetros configurados no setup do equipamento.

Toda comunicação que for originada do veículo deve possibilitar no mínimo ao sistema de monitoramento e rastreamento a obtenção das informações da rota, quilometragem, velocidade média, localização, controle de velocidade, status da ignição, estado das entradas e das saídas de acionamento e tensão de alimentação da bateria;

Registro e envio das informações não superior a 60 (sessenta) segundos;

Imobilizador de Veículo

Aplicativo para sistema operacional Android/IOS;

Identificação eletrônica do condutor - onde o veículo deverá ser ligado somente a partir desta;

Da instalação e operação do Equipamento

A instalação dos módulos rastreadores nos veículos deverá ser realizada diretamente na Sede da ANTT em Brasília DF e em suas Unidades Regionais localizadas em São Paulo SP, Rio de Janeiro RJ, Belo Horizonte, Recife PE, Fortaleza CE, São Luís MA, Salvador BA, Florianópolis SC e Porto Alegre RS, conforme anexos II e III, em datas previamente agendadas pela fiscalização do contrato;

A instalação deverá ocorrer em prazo não superior a 30 dias, a contar da assinatura do contrato;

O equipamento, a antena GPS e cabos elétricos e de sinais devem ser instalados preferencialmente no interior do veículo, protegidos do sol e da água.

O local da instalação no veículo deverá dificultar ao máximo o acesso de pessoa não autorizada;

Todos os acessórios, antenas e cabos necessários para instalação dos equipamentos nos veículos, devem ser fornecidos sem qualquer ônus adicional, devendo tais custos estarem amortizados no custo total da contratação;

Os equipamentos disponibilizados deverão estar em perfeitas condições de uso, cabendo à contratada a sua substituição ou reparação em caso de defeitos no funcionamento, em até 5 (cinco) dias após a abertura do chamado e disponibilização do veículo por parte da Contratante (telefone, e-mail).

A contratada, não poderá cobrar taxa de instalação e desinstalação, nem sob qualquer outra denominação, do equipamento em caso de remanejamento para outro veículo que compõe a frota da ANTT.

Do sistema de monitoramento e rastreamento

O serviço de rastreamento deverá oferecer cobertura em todo o território nacional;

Funcionamento 24 horas, durante 7 dias por semana;

Os mapas digitais e geo-referenciados deverão ser disponibilizados para todo o território nacional;

Possibilidade de definição de perfis de usuários para controle de acesso ao sistema;

Cadastramento de veículos;

Informações Online: Apresentação da localização do veículo ou de toda a frota em mapas digitais de todo o Brasil em tempo real e com data e horário da última posição atualizada do veículo, com informações de velocidade (velocidade máxima, velocidade média) estado da ignição (ligada / desligada); tempo parado com motor ligado; rastro percorrido; distância percorrida; distância percorrida por faixa de horário por veículo.

Registro histórico de operação do veículo contendo data, hora, velocidade, localidade e ignição com todos os dados relacionados a cada veículo da frota, mantido por no mínimo 12 (doze) meses no banco de dados;

Informação em tempo real da violação de cerca eletrônica, com disparos de notificação por e-mail.

Controle de excesso de velocidade - com disparos de notificação.

Visualização do trajeto realizado por veículo, de forma individualizada; Visualização individual, parcial e global de todos os veículos no mapa;

Deverá permitir a exportação dos relatórios para PDF ou XLS.

Do Treinamento

Deverá ser ministrado treinamento operacional inerente à utilização do sistema para os usuários indicados pela Contratante.

Nos valores ofertados para a prestação dos serviços deverão estar inclusos todos os custos diretos ou indiretos, tais como salários, mão-de-obra, equipamentos, materiais, custos e despesas operacionais, tributos, encargos sociais, etc; inerentes ao sistema e à instalação dos módulos eletrônicos em cada veículo.

Do suporte ao cliente

A Contratada deverá oferecer serviço de suporte ao cliente por meio de canais de atendimento telefônico e/ou informatizado. Este serviço deverá estar disponível, minimamente, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 18:00 horas.

O serviço de suporte deverá esclarecer dúvidas, prestar informações e solucionar problemas técnicos relativos ao serviço.

Da manutenção e substituição de aparelhos

A Contratada deverá arcar com os custos de manutenção, reparo e substituição dos aparelhos rastreadores, salvo nos casos de danos causados por dolo ou culpa de agente vinculado à Contratante;

O custo unitário do aparelho deverá constar da proposta apresentada pela Contratada, para fins de possível ressarcimento do agente vinculado à Contratante que tenha causado dano irreversível ao aparelho por dolo ou culpa.

Como condição para pagamento da indenização referida no subitem acima, a Contratada deverá apresentar laudo técnico especificando o defeito e as possíveis causas deste, além de orçamento detalhado para realização do reparo.

REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A contratada deverá comprovar a qualificação técnica por meio de:

Certidão expedida pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, dentro do período de validade, comprovando que os equipamentos disponibilizados são certificados e homologados por aquela agência;

Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a um ano, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devendo comprovar a execução dos serviços de rastreamento veicular do quantitativo mínimo equivalente a 50% (cinquenta por cento) da quantidade de veículos da ANTT.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

Para a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de o um ano serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VIIA da IN SEGES/MP n. 5/2017.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VIIA da IN SEGES/MP n. 5/2017.

A duração inicial do contrato deverá ser de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

Em razão da natureza do serviço, não se faz necessária a adoção de providências para a transição contratual.

Além dos pontos acima o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa de quantitativo a ser contratado é de monitoramento de 79 veículos que pertencem a frota de fiscalização da ANTT, conforme tabela abaixo:

UNIDADE	CIDADE	PLACA	MARCA	MODELO	ANO	COR	CHASSI
SEDE	Brasília DF	JJU-8011	RENAULT	FURGAO	2010	BRANCA	93YADCUL6BJ521866
SEDE	Brasília DF	PAF-3416	NISSAN	MARCH	2015	BRANCA	94DFFUK13FB101333
SEDE	Brasília DF	PAF-3476	MITSUBISHI	L.200 TRITON	2015	BRANCA	93XFNKA5TFCF10891
SEDE	Brasília DF	PAF-3481	NISSAN	SENTRA	2015	BRANCA	3N1BB7AD9FY206772
SEDE	Brasília DF	PAF-3686	NISSAN	SENTRA 20SV CVT	2014	BRANCA	3N1BB7AD6FY207023
SEDE	Brasília DF	PAF-3689	NISSAN	SENTRA 20SV CVT	2014	BRANCA	3N1BB7AD8FY206763
SEDE	Brasília DF	PBJ-6110	CHEVROLET	S.10 ADV FD2	2018	BRANCA	9BG148TA0JC446567
SEDE	Brasília DF	RED7F73	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434720
SEDE	Brasília DF	RED7F74	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434943
SEDE	Brasília DF	RED7F77	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434944
SEDE	Brasília DF	RED7F89	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434771
URBA	Salvador BA	BDG4E64	GM	S.10	2019	BRANCA	9BG148DK0LC410878
URBA	Salvador BA	BDG4E68	GM	S.10	2019	BRANCA	9BG148DK0LC411516
URBA	Salvador BA	JJU-3661	RENAULT	MASTER	2010	BRANCA	93YADCUL6BJ521835
URBA	Salvador BA	PAF-3690	NISSAN	SENTRA	2015	BRANCA	
URBA	Salvador BA	PBJ-6112	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG148TA0JC446894
URBA	Salvador BA	RED8F09	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435111
URBA	Salvador BA	RED8F11	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434885
URCE	Fortaleza CE	PBJ-8500	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG148TA0KC403775
URCE	Fortaleza CE	RED8F12	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435153
URCE	Fortaleza CE	RED8F14	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435188
URCE	Fortaleza CE	RED8F16	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435166
URMA	São Luís MA	JJU-8721	RENAULT	BOXER	2010	BRANCA	93YADCUL6BJ521972
URMA	São Luís MA	PBJ-6111	CHEVROLET	S.10 ADV FD2	2018	BRANCA	9BG148TA0JC446846
URMA	São Luís MA	PBJ-8501	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG148TA0KC402276
URMA	São Luís MA	RED8F18	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435208
URMA	São Luís MA	RED8F19	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435205
URMA	São Luís MA	RED8F20	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC438688
URMG	Belo Horizonte MG	JJU-8731	RENAULT	MASTER	2010	BRANCA	93YADCUL6BJ522743
URMG	Belo Horizonte MG	PAF-3692	NISSAN	SENTRA	2014	BRANCA	3N1BB7AD6FY206888
URMG	Belo Horizonte MG	PBJ-8493	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG148TA0KC401652
URMG	Belo Horizonte MG	PBJ-8494	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG148TA0KC402239
URMG	Belo Horizonte MG	PBJ-8502	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG148TA0KC403092
URMG	Belo Horizonte MG	RED7F80	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434951
URMG	Belo Horizonte MG	RED7F82	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434978
URMG	Belo Horizonte MG	RED7F84	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434749
URPE	Recife PE	RED8F02	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435085
URPE	Recife PE	PAF-3691	NISSAN	SENTRA	2015	BRANCA	3N1BB7AD7FY206804
URPE	Recife PE	PBJ-8503	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG148TA0KC402102
URPE	Recife PE	RED8F05	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435093
URPE	Recife PE	RED8F06	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434857
URRJ	Rio de Janeiro RJ	GCA-2771	NISSAN	SENTRA	2016	BRANCA	3N1BB7AD8GY200785
URRJ	Rio de Janeiro RJ	JJU-8711	RENAULT	BOXER	2010	BRANCA	93YADCUL6BJ522793
URRJ	Rio de Janeiro RJ	PAF-3474	MITSUBISHI	L.200	2015	BRANCA	93XFNKA5TFCF10876

URRJ	Rio de Janeiro RJ	PAF-3482	NISSAN	SENTRA	2015	BRANCA	3N1BB7ADQFY207180
URRJ	Rio de Janeiro RJ	PAF-3688	NISSAN	SENTRA	2015	BRANCA	3N1BB7AD8FY206844
URRJ	Rio de Janeiro RJ	PBJ-8490	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG14BTAOKC401905
URRJ	Rio de Janeiro RJ	PBJ-8491	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG14BTAOKC402728
URRJ	Rio de Janeiro RJ	PBJ-8492	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG14BTAOKC402700
URRJ	Rio de Janeiro RJ	RED7F66	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434703
URRJ	Rio de Janeiro RJ	RED7F68	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434899
URRJ	Rio de Janeiro RJ	RED7F69	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434708
URRJ	Rio de Janeiro RJ	RED7F71	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434911
URRS	Porto Alegre RS	JJU-3681	RENAULT	MASTER	2011	BRANCA	93YADCUL6BJ522768
URRS	Porto Alegre RS	PAF-3478	MITSUBISHI	L.200	2014	BRANCA	93XFNKA5TFCF10869
URRS	Porto Alegre RS	PAF-3693	NISSAN	SENTRA	2014	BRANCA	3N1BB7AD5FY206915
URRS	Porto Alegre RS	PBJ-1639	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG148TAOJC409345
URRS	Porto Alegre RS	PBJ-8497	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG148TAOKC404470
URRS	Porto Alegre RS	PBJ-8498	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG148TAOKC403612
URRS	Porto Alegre RS	RED7F85	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435005
URRS	Porto Alegre RS	RED7F88	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435011
URSC	Florianópolis SC	JJU-2881	RENAULT	MASTER	2010	BRANCA	93YADCUL6BJ522842
URSC	Florianópolis SC	PBJ-8495	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG14BTAOKC402336
URSC	Florianópolis SC	PBJ-8496	GM	S.10	2018	BRANCA	9BG14BTAOKC401790
URSC	Florianópolis SC	RED7F76	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434746
URSC	Florianópolis SC	RED7F92	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435016
URSC	Florianópolis SC	RED7F93	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434838
URSP	São Paulo SP	RED7F98	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435077
URSP	São Paulo SP	JJU-8001	RENAULT	FURGAO	2010	BRANCA	93YADCUL6BJ521892
URSP	São Paulo SP	PAF-3475	MITSUBISHI	L.200	2015	BRANCA	93XFNKA5TFCF10884
URSP	São Paulo SP	PAF-3687	NISSAN	SENTRA	2015	BRANCA	3N1BB7ADXFY206750
URSP	São Paulo SP	PAF-3694	NISSAN	SENTRA	2015	BRANCA	3N1BB7AD2FY206838
URSP	São Paulo SP	PBJ-6113	GM	S.10 CABINE DUPLA	2018	BRANCA	9BG148TAOJC448232
URSP	São Paulo SP	PBJ-6114	GM	BLAZER	2018	BRANCA	9BG148TAOJC448332
URSP	São Paulo SP	PBJ-6115	GM	BLAZER	2018	BRANCA	9BG148TAOJC449023
URSP	São Paulo SP	PBJ-8499	GM	BLAZER	2018	BRANCA	9BG14BTAOKC404003
URSP	São Paulo SP	RED7F95	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435050
URSP	São Paulo SP	RED7F96	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC434848
URSP	São Paulo SP	RED7F97	CHEVROLET	S-10 CD FLEX	2020/2020	BRANCO	9BG148EAOLC435059

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 47.030,28

Foram pesquisados, inicialmente contratações correlatas de outros entes da Administração Pública, o que resultou na obtenção de 03 (três) termos de homologação de pregões eletrônicos . Posteriormente fez-se pesquisa com empresas do ramo correlato e se obteve 03 (três) propostas para a execução do objeto pretendido.

Partindo da mediana dos valores obtidos, pode-se fixar o valor total a ser estimado para solução da necessidade em análise, conforme MAPA DE PREÇOS abaixo;

ITEM	UNID MEDIDA	DESCRIÇÃO	QTD	A	B	C	D	E	F	VLR MEDIA-NO UNIT	valor total mensal
		Serviço de monitoramento e									

1	unid	rastreamento veicular por meio de satélite GPS /GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento.	79	27,75	27,65	29,32	69,90	120,00	150,00	49,61	3.919,19
TOTAL MENSAL R\$										3.919,19	
TOTAL ANUAL R\$										47.030,28	

ITEM	TERMO / FORNECEDOR	UASG / CNPJ
A	Termo de homologação do Pregão 387/2020 do DNIT	393014
B	Termo de homologação do Pregão 35/2021 do SESC MG	926483
C	Termo de homologação do Pregão 58 2020 TJ PA	925942
D	Proposta da empresa AXSAT CAR Monitoramento de Veículos EIRELE	25.135.285/0001-07
E	Proposta da empresa Saga Com. Serv. Tecnologia da Informática Ltda	05.870.713/0001-20
F	Proposta da empresa Tele Alarme Segurança Eletrônica LTDA.	02.596.120/0001-29

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Com vistas a ampliar a competitividade e possibilitar a economia de escala, com o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, a Lei 8666/93 estabeleceu em seu artigo 23, §1º[1], a obrigatoriedade da Administração Pública em promover o parcelamento do objeto, quando houver viabilidade técnica e econômica para tanto. No entendimento de Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª edição, o objetivo maior da obrigatoriedade do parcelamento do objeto é a ampliação das vantagens econômicas para a Administração, na medida em que se reduzem as despesas administrativas. Para referido autor “a possibilidade de participação de maior número de interessados não é objetivo imediato e primordial, mas via instrumento de se obter melhores ofertas (em virtude do aumento da competitividade). Logo, a Administração não pode justificar um fracionamento que acarretar em elevação de custos através do argumento de benefício a um número maior de particulares.” Isso implica em dizer que, embora a Lei tenha adotado como regra o parcelamento do objeto, ele somente se justifica e fundamenta quando houver viabilidade técnica e, principalmente, ganho econômico para a Administração Pública. Nesse sentido a Decisão 348/1999, Plenário do TCU:

“Na forma do art. 23, § 1º da Lei 8666/63, deve a Administração buscar o parcelamento do objeto, com vistas a melhor aproveitar os recursos do mercado e, sobretudo, ampliar a competitividade do certame. Todavia, essa orientação exige que o parcelamento somente seja efetuado quando não resultar em perda de economia de escala. Não se pode esquecer que a licitação é procedimento administrativo que visa, entre outros aspectos, a que a Administração contrate de forma mais vantajosa possível. Logo, não seria razoável, além de ser ilegal, que o parcelamento venha ocasionar economia de escala e, por via de consequência, maiores custos para a Administração Pública.”

Nesse diapasão, informamos que como a frota da ANTT tem veículos lotados desde o estado do Rio Grande do Sul até o estado do Maranhão, a contratação em um grupo único poderia restringir o certame, tendo-se em consideração que limitaria a concorrência a poucos fornecedores que tivessem capilaridade nacional. Propôs-se, portanto, a divisão da contratação em apenas 03 (três) grupos divididos por proximidade regional, para poder permitir a participação de maior número de licitantes, não implicando na formação de grupos com valor muito reduzido, o que poderia

provocar, também, o desinteresse no certame com possível licitação deserta.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação que se pretende fazer está em processo de sua inclusão no PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES DA ANTT para os exercícios de 2021 e 2022.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Permitir o melhor controle sobre o uso de veículos de fiscalização em serviço e consequentemente economia de recursos públicos.

13. Providências a serem Adotadas

Após a contratação as coordenações das unidades regionais da ANTT terão de se mobilizar para levar os veículos até o endereço da contratada nos dias previamente agendados para a instalação do equipamento que será disponibilizado em comodato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Por se tratar de contratação de sistema de monitoramento, não foram encontrados possíveis impactos ambientais relevantes resultantes deste serviço.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Como existem diversas empresas do ramo similar ao objeto pretendido no mercado, seus valores podem ser estabelecidos em pesquisa de outros órgãos da Administração Pública, as características da contratação podem ser inseridas no Edital da licitação, declaramos ser viável a contratação em referência.

16. Responsáveis

MARCIO XAVIER DE ARAUJO
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS

RAFAEL MOYA FERNANDES LOPES
COORDENADOR CINFS